

ESTUDOS CULTURAIS, EDUCAÇÃO E GÊNERO:

uma relação necessária para a promoção de sociedades mais
justas e igualitárias

CULTURAL STUDIES, EDUCATION, AND GENDER:

a necessary relationship for the promotion of fairer and more equal
societies

Ellen Maria Machado Santos Fernandes ⁱ

RESUMO: Este ensaio explora a relação entre Estudos Culturais, Educação e Gênero, destacando sua contribuição para compreender e transformar sistemas hegemônicos. Introduz o conceito de cultura a partir dos anos 1950, com base em Raymond Williams, enfatizando a importância de entender a sociedade e suas relações culturais. Aborda estudos brasileiros, especialmente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, relacionando Estudos Culturais e Educação. Associa esses campos ao feminismo, destacando exemplos históricos e contemporâneos que ampliam a compreensão dessa interação. Defende que superar patriarcado, colonialismo e capitalismo exige uma educação alinhada aos Estudos Culturais e de Gênero, promovendo debates transformadores.

Palavras-chave: Estudos culturais. Educação. Gênero. Feminismos.

ABSTRACT: This paper explores the relationship between Cultural Studies, Education, and Gender, highlighting their contribution to understanding and transforming hegemonic systems. It introduces the concept of culture from the 1950s, based on Raymond Williams, emphasizing the importance of understanding society and its cultural relations. It addresses Brazilian studies, particularly from UFRGS, linking Cultural Studies and Education. It associates these fields with feminism, highlighting historical and contemporary examples that broaden the understanding of this interaction. It argues that overcoming patriarchy, colonialism, and capitalism requires education aligned with Cultural Studies and Gender Studies, fostering transformative discussions.

Keywords: Cultural studies. Education. Gender. Feminisms.

1 INTRODUÇÃO

O campo dos Estudos Culturais tem sido constantemente associado à valorização de todas as formas e expressões culturais, enfatizando o modo como a vida das pessoas e as estruturas sociais estão articuladas e organizadas pela cultura.

Nos anos 1950, estudiosos contemporâneos como Raymond Williams, Edward Thompson e Richard Hoggart, foram os precursores da ideia de estudos culturais e este campo passa a ser estudado como uma disciplina nos departamentos de humanidades. Cada um dos autores citados, à sua maneira, faz um regaste histórico sobre as definições de cultura e suas implicações nas sociedades nas quais esses conceitos estavam inseridos ou discutiam como tais sociedades influenciavam na representação da cultura.

Além dessa busca pelo entendimento da cultura esses autores propuseram novas formas de enxergar e defini-la. Para Williams (2015), por exemplo, a cultura era algo mutável e influenciado pela sociedade na qual estava inserida, para tal eram considerados elementos sociais, políticos e econômicos. A cultura era algo pertencente e produzida por todos, era democrática. O próprio autor afirma em seu livro *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo a cultura comum*:

Nesse processo comum, só tem valor absoluto a preservação de canais e instituições de comunicação transparentes, de modo que todos contribuam e sejam ajudados a contribuir. Se for assim, então não parece cabível o desvario que alguns críticos tiveram de que uma cultura comum seria uma cultura uniforme e conformista, nem o temos que alguns amigos exprimiram de que uma cultura comum seria evidentemente inatingível porque é impossível que um grande número de pessoas esteja de acordo. Falando de uma cultura comum, reivindica-se precisamente esse processo livre, contributivo e comum de participação na criação de significados e valores, como tentei defini-lo (Williams, 2015, p.57).

O autor cita que seu próprio entendimento acerca do tema modificou-se com o tempo, sua entrada na universidade, sua compreensão sobre pertencer a classe trabalhadora e suas lutas, tudo que ele viveu o levou a um novo entendimento e definição de cultura, demonstrando assim que ele defende uma compreensão ampla e inclusiva, que reconhece a diversidade e a dinamicidade das práticas culturais, sendo ele um crítico a divisão entre cultura popular e de elite.

Dessa maneira, a compreensão de cultura pode contribuir para o entendimento das sociedades, suas relações de poder e as definições de identidades dos sujeitos que perpassam pelos conceitos de classe, gênero, etnia, idade e/ou posição geográfica.

Considerando que os estudos culturais investigam essa relação entre o sujeito e a sociedade, pode-se afirmar que a educação e os estudos culturais entrelaçam-se. Como cita Maria Vorraber da Costa e colaboradores:

Os Estudos Culturais (EC) vão surgir em meio às movimentações de certos grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem, ao longo dos séculos, aos anseios por uma cultura pautada por oportunidades democráticas, assentada na educação de livre acesso. Uma educação em que as pessoas comuns, o povo, pudessem ter seus saberes valorizados e seus interesses contemplados (Costa, Silveira e Sommer, 2003, p.37).

Sendo assim, os estudos culturais não podem ser um campo de pesquisa isolado dentro dos departamentos de universidades ou de centro de pesquisas. Por se tratar de um objeto de estudo que tece críticas ao patriarcado, ao capitalismo e ao colonialismo, deve ser difundido e utilizado, com o aprofundamento devido, nos mais variados centros de educação, inclusive naqueles responsáveis pela educação básica.

Posto isto, o campo dos estudos culturais precisa colocar para discussão as diferentes correntes de feminismos, como a contribuição das mulheres contribuíram para desenvolvimento das sociedades e a importância delas para a construção das diversas culturas.

No entanto, colocar gênero, feminismo e mulheres no centro das discussões, mesmo dentro dos estudos culturais, é um desafio, pois como citado no início desse próprio ensaio à homens são atribuídos o crédito da “criação” deste campo de estudo, compreendendo que nenhuma mulher estava discutindo cultura naquela época, será isso verdade?

Então, fazem-se necessárias pesquisas que relacionem essas três temáticas: estudos culturais, educação e feminismos. Sendo assim, este artigo propõe, portanto, analisar como a interseção desses campos pode desafiar estruturas opressivas e promover equidade.

Para bell hooks (2018) o feminismo é o movimento, é a discussão sobre como gênero, raça e classe social precisam ser discutidos em conjunto para compreender a organização social imposta e a partir dessa compreensão propor as mudanças necessárias.

A primeira relação discutida será entre os estudos culturais e a educação e como estes dois campos se conectam e podem contribuir um com o outro.

Já na segunda parte as interconexões entre estudos culturais, educação e gênero serão discutidas e a importância desses três conceitos para compreender a organização social posta.

2 ESTUDOS CULTURAIS E A EDUCAÇÃO

A discussão que entrelaça os conceitos de estudos culturais e educação é algo que já ocorre nas pesquisas em ambos os campos de pesquisas. O autor Giroux, em seu livro *Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*, traz um dos objetivos de uma intervenção curricular:

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos/ãs ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. Uma meta desse tipo exige, por conseguinte, que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, normas e valores necessários para ser bom/boa cidadão/ã (Giroux, 1995, p.155).

Tendo em mente a definição de Giroux, é necessário que o cotidiano e as experiências de cada sujeito sejam considerados para que o currículo possa atingir seu objetivo fim. Este documento precisa considerar o modo de vida dos diferentes povos, dos diferentes gêneros, das diferentes classes sociais e das diferentes idades.

Dando continuidade nas relações entre estudos culturais e educação, as autoras Wortmann, Costa e Silveira (2015) afirmam que, no Brasil, os estudos culturais começam a relacionar-se com a educação em meados da década de 1990. Para elas em 1996, um acontecimento torna-se determinante para a articulação entre estes campos de pesquisa. Tal evento foi a reestruturação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), que substitui linhas de pesquisas existentes por novas e entre elas estava a linha “Estudos Culturais em Educação”.

No artigo citado as autoras explicam a dificuldades da articulação entre os Estudos Culturais e a Educação que apesar dessa relação ser necessária e emergente ela não está imune às críticas:

Mas cabe salientar que é nessa busca pela focalização de questões mais amplas, que parecem residir as principais contribuições que a articulação entre Educação e EC tem possibilitado, na medida em que ela impede que se proceda a uma delimitação definitiva desse campo intermediário, múltiplo ou híbrido de estudos, ou mesmo que se busque centrá-lo obrigatoriamente em uma única e definitiva direção. As análises dos ECE têm se voltado a um anteriormente negligenciado território de pesquisa, que questiona a produtividade da cultura nos processos educativos em curso nas sociedades de hoje. Então, mesmo não esquecendo que os estudos sobre Educação e os Estudos Culturais se constituíram em trajetórias históricas distintas, argumentamos que, na articulação operada entre ambos, diferenciadas temáticas, bem como múltiplas ações educativas passaram a permitir que se lide com uma gama

ampliada de instituições, práticas, artefatos e produções em operação nas sociedades atuais. Foram igualmente propiciados o exame e a reflexão sobre os efeitos produtivos/ formadores/ construtivos/inventivos que tais instituições, temáticas, práticas, produções e artefatos têm sobre as sociedades e os sujeitos que nelas vivem (Wortmann, Costa e Silveira, 2015, p.34).

Segundo as autoras, eventos relacionados a temática são essenciais e eles estão ocorrendo no Brasil e no mundo com certa periodicidade. Internacionalmente, a IV Conferência Internacional *Crossroads in Cultural Studies*, realizada em 2002 na Finlândia, incluiu o tópico *Cultural Studies and/in/as Education* (Estudos Culturais e/em/como Educação) tal inserção foi fundamental para fomentar a discussão entre os dois campos de estudo, essa conferência, ocorre bianualmente até os dias atuais. No Brasil, “a partir de 2004, a ULBRA¹ passou a sediar o evento denominado Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação (SBECE), com sucessivas edições bianuais” (Wortmann, Costa e Silveira, 2015, p.35).

No artigo, Wortmann, Costa e Silveira (2015), fizeram revisões das dissertações e teses produzidas pelos programas de pós-graduação em educação da UFRGS e da ULBRA, o trabalho foi categorizado em quatro dimensões: a primeira os autores identificados “ocuparam do exame da emergência de determinadas áreas de saber e de como se processou sua consolidação em programações curriculares, questionando, portanto, o estatuto de ‘verdade epistemológica’ tantas vezes a essas atribuído” (Wortmann, Costa e Silveira, 2015, p.35).

A segunda dimensão de pesquisa analisou práticas escolares como recreio, uso da internet, a merenda e brincadeiras infantis, esses estudos não estavam preocupados em levantar um problema e propor soluções.

Tais estudos objetivaram indicar como tais práticas operam na constituição de identidades escolares e, também, atentar para os muitos ensinamentos desencadeados, ainda que elas não sejam entendidas como integradas ao currículo ou dotadas de uma dimensão pedagógica (Wortmann, Costa e Silveira, 2015, p.36).

O terceiro grupo de estudo focou em artefatos pedagógicos como cartilhas, apostilas, lousas, gincanas e agendas escolares, livros didáticos de disciplinas escolares como Geografia, Língua Portuguesa, Inglês e História. Cada um destes elementos fora analisado sob uma ótica, mas em relação aos livros didáticos uma análise chama a atenção para uma conexão com os estudos culturais.

No caso dos livros didáticos, foram focalizadas temáticas específicas tais como gênero (GOMES, 2006; BORBA, 2008), questões étnicas (OLIVEIRA, 2001), representações de “sem-terra” (COSTA, 2009), representações de TV (BERGMANN, 2002) colocadas em circulação nestes artefatos. Salienta-se, então, que tais análises não

¹ ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

apenas indicam como se configuram saberes escolares nos livros didáticos, mas como neles se forjam modos de enxergar o mundo e os sujeitos que nele vivem (Wortmann, Costa e Silveira, 2015, p.36).

Esses materiais didáticos assim como as todas as práticas desenvolvidas no ambiente escolar influenciam e formam as pessoas que frequentam aquele espaço social. Dessa forma, se atitudes misóginas, racistas, capacitistas, etaristas e outras ações de exclusão ou submissão forem reproduzidas pelos professores e funcionários ou estarem presentes nos materiais didáticos daquele universo, será um caminho natural aos estudantes reproduzir tal padrão de exclusão.

Segundo Wortmann, Costa e Silveira (2015) as articulações dos estudos culturais com a educação dão-se a partir do conceito de *pedagogia cultural* que fica definida no trabalho como:

Em vocabulário crítico sobre teoria cultural e educação, organizado por Silva (2000, p. 89), encontramos que pode ser entendido como uma pedagogia cultural “qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido – em conexão com relações de poder – no processo de transmissão de atitudes e valores” (Wortmann, Costa; Silveira, 2015, p.37).

Os estudos culturais não devem colocar uma nova visão sobre velhos problemas da educação, essa relação é compreender o sujeito e suas fronteiras, uma forma diferente de visualizar a educação:

De certa maneira, pode-se dizer que os Estudos Culturais em Educação constituem uma ressignificação e/ou uma forma de abordagem do campo pedagógico em que questões como cultura, identidade, discurso e representação passam a ocupar, de forma articulada, o primeiro plano da cena pedagógica. (Costa, Silveira; Sommer, 2003, p.54).

Sendo assim, os estudos culturais e a educação são dois campos de pesquisa que podem e devem entrelaçar-se, o conhecimento do sujeito e de sua cultura é essencial para o desenvolvimento de uma escola e práticas pedagógicas mais justas e inclusivas.

Dessa maneira, se o sujeito e suas características precisam ser considerados para o desenvolvimento de uma educação mais justa e inclusiva é preciso discutir como o gênero, a educação e os estudos culturais podem ser campos que contribuem para esta sociedade mais equânime.

3 ESTUDOS CULTURAIS, A EDUCAÇÃO E GÊNERO

Os estudos culturais e o feminismo têm uma relação intrínseca e complexa, pois ambos se preocupam com questões de poder, identidade, representação e desigualdade na sociedade. Os estudos

culturais fornecem uma abordagem teórica e analítica que permite investigar as formas como as ideias, os valores e as práticas culturais influenciam e são influenciados pelas relações de gênero.

Uma das principais contribuições dos estudos culturais para o feminismo é a análise crítica das representações culturais de gênero e sua influência na construção social das identidades femininas e masculinas. Os estudos culturais investigam como os meios de comunicação, a literatura, as artes visuais e outras formas de divulgação em massa ou não produzem e reproduzem estereótipos de gênero, promovendo ideias e valores que mantêm a opressão e a desigualdade das mulheres.

Segundo Albuquerque (2020), o gênero é uma construção social, sendo assim, ele pode ser modificado, é algo mutável, logo pode-se considerar que as mídias têm papel fundamental sobre a construção desse conceito

Assim, buscava-se entender as conexões entre natureza e cultura como produtoras de modos de ser do humano. Não se trata de anular as diferenças biológicas, mas de compreender o gênero como uma classificação cultural proveniente da vida em sociedade e que regula as relações sociais. (Albuquerque, 2020, p.2)

O patriarcado, o capitalismo e o colonialismo são a tríade a ser superada para que uma sociedade mais igualitária e justa exista, através de manifestações culturais como música, cinema, moda e literatura pode-se fazer críticas aos sistemas vigentes e quebrar, ou ao menos questionar, a estrutura hegemônica posta, seja ela de raça, classe, idade ou gênero. O forte viés colonialista e patriarcal nas relações de gênero ainda se faz presente no cenário educacional. Como destaca Silva,

O feminismo vinha mostrando, com força cada vez maior, que as linhas do poder da sociedade estão estruturadas não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado. De acordo com essa teorização feminista, há uma profunda desigualdade dividindo homens e mulheres com os primeiros apropriando-se de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Essa repartição desigual estende-se obviamente, a educação e ao currículo (Silva, 2011, p. 92).

Para mitigar a desigualdade entre os gêneros é possível contar com as manifestações culturais, mas também com outras formas de lutas. As mulheres podem contribuir para a construção de uma nova configuração social utilizando-se, por exemplo, da política, que se configura como outro importante instrumento de propor e executar mudanças que façam diferença no cotidiano feminino.

Deste modo, pode-se exemplificar com ações práticas da política que vem ocorrendo no nosso país. Considerando a última eleição para o legislativo federal brasileiro, em 2022, houve um aumento no número de mulheres eleitas em comparação com os pleitos anteriores, além de mulheres cisgêneros a Câmara dos Deputados Federais teve a primeira mulher trans eleita na história do país, a deputada Erika Hilton, do PSOL de São Paulo.

O número de representantes da bancada feminina na Câmara dos Deputados saltou de 77 deputadas eleitas em 2018, para 91 em 2022, que tomarão posse no dia 1º de fevereiro de 2023. “Com este resultado, tivemos um crescimento orgânico da bancada feminina na Câmara. Em 2018, já houve um grande salto, quando aumentamos mais de 50% o número de deputadas. Agora, além de manter este salto, tivemos um ganho real de mais 18% de parlamentares mulheres”, afirma a coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados, Celina Leão (PP-DF), que não concorreu à reeleição no Legislativo e foi eleita vice-governadora do Distrito Federal (Mulher, 2022).

No estado de Mato Grosso do Sul, a atual legislatura (2023-2027) conta com três deputadas estaduais, sendo que uma delas, a deputada Gleice Jane (PT-MS) entrou após a morte de um colega de partido, ela era suplente. O legislativo estadual conta com vinte e quatro cadeiras, sendo as representantes femininas 12,5% desse total. No entanto, essa porcentagem não reflete os números dos eleitores do estado, segundo o site do TER-MS, Mato Grosso do Sul conta com 2.003.874 eleitores, destes 1.050.625, ou seja, 52,43% são mulheres. (Mato Grosso Do Sul, 2023).

Na cidade de Aquidauana, interior de Mato Grosso do Sul, a situação é ainda pior, já que não havia nenhuma representante feminina na legislatura compreendida entre 2021 e 2024, mas para além de ser mulher essas representações precisam vir de um entendimento de gênero, de situações de opressão e compreender a negação dos direitos das mulheres impostas pela cultura hegemônica.

Portanto, representatividades como mulheres que conhecem a luta, sejam cis ou trans, podem influenciar e modificar a sociedade em que se vive, por exemplo, em 2021 o então presidente da República vetou a lei que previa a dignidade menstrual das pessoas que menstruavam, mas a Câmara Federal derrubou este veto, fruto de pressões sociais e das deputadas, assim a lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021 foi promulgada (Senado, 2022). A lei que:

Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino (Brasil, 2021).

Sendo assim, as lutas femininas e a educação são campos que se entrecruzam, apenas com exemplo citado acima pode-se falar de garantia do direito a permanência de meninas e mulheres de baixa renda na escola durante o período menstrual, muitas mulheres não comparecem as aulas por não ter acesso a absorventes adequados, gerando uma exclusão desse gênero no processo de ensino e aprendizagem aumentando cada vez mais a diferença entre os gêneros.

Considerando, que os estudos culturais também se baseiam em abordagens interseccionais, reconhecendo que as experiências das mulheres são moldadas por uma interseção complexa de gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias sociais. Isso significa que as análises culturais

feministas consideram as formas como o gênero interage com outras formas de opressão e privilégio, ampliando a compreensão das desigualdades e das lutas das mulheres em diferentes contextos sociais e culturais.

O exemplo da dignidade menstrual perpassa pelo gênero, mas também pela classe econômica a qual essas meninas e mulheres estão inseridas. Uma mulher de classe média e/ou alta não terá seu direito cerceado de ir para escola por falta de absorvente. Então, além do gênero é preciso considerar a classe dessas mulheres e promover políticas públicas que diminuam os abismos entre homens e mulheres, mulheres ricas e pobres, brancas e negras e assim por diante, os estudos culturais pode ter um papel fundamental nessas criações.

Dessa maneira, os exemplos que excluem as mulheres do processo educacional não são apenas os atuais uma breve análise da história da educação fica evidente que “letrar-se” era algo permitido apenas às classes dominantes, o acesso à educação formal era algo legitimado, aos homens, brancos e donos de terras. As mulheres, negros, indígenas e outras classes emergentes tinham esse acesso negado ou dificultado ao máximo.

Dessa forma, é possível exemplificar as afirmações acima com acontecimentos históricos no nosso país. Um deles pode-se citar a primeira lei escolar que foi promulgada em 1827, apesar da lei permitir o acesso de mulheres aos ambientes escolares ela as restringiam. Enquanto os homens aprendiam álgebra e geometria, as mulheres aprendiam sobre “prendas domésticas”, que consistia em aprender a cuidar da casa e dos filhos. Os senadores da época, ou seja, os senadores do Império, debateram o currículo afirmando em seus discursos que ele assim deveria ser concebido, pois a mulheres possuíam um intelecto menor que dos homens para compreender matemática (Westin, 2020).

A diferença proposta e perpetuada ainda hoje, de forma errônea, em relação a forma que homens e mulheres aprendem é algo inacreditável, pois há muitas evidências que corroboram com a afirmação que não há diferenças biológicas entre os gêneros na forma de aprender, seja matemática ou literatura.

Portanto, com os dados históricos brevemente citados neste ensaio e tantos outros que podem ser elucidados e considerados, o estudo sobre o gênero e a luta das mulheres frequentemente gerou e gera impactos e transformações nas sociedades.

Sendo assim, tendo em consideração que a educação é um pilar basilar na formação de um povo, não tem como rejeitar que essas duas esferas: feminismos e educação estão fortemente ligadas e contribuem para a formação de cidadãos mais críticos, autônomos e solidários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as definições de cultura e suas modificações ao longo da história é possível inferir o papel que os sujeitos têm para determinar o modo de vida e visão sobre a sociedade em que vivem.

Desse modo, os sujeitos que detêm o poder seja ele político, econômico ou de mídia são sujeitos que ditam as regras da sociedade, ditam o que pode ser vestido, ouvido, lido, consumido, estudado, enfim, normatizam a vida das pessoas.

Para que a sociedade não se torne cada vez mais alienada e oprimida é necessário que haja ocupação dos espaços de poder pelas classes emergentes, como os trabalhadores, mulheres, indígenas, negros, idosos, comunidade LGBTQIA+ as representações necessitam ser as mais plurais possíveis. Esses grupos precisam poder falar por si, legislar, produzir materiais e difundi-los, seja na mídia seja em materiais e práticas pedagógicas.

As culturas subalternizadas têm que ascender na sociedade, não cabe mais no século XXI tentar distinguir e separar em alta cultura e baixa cultura, essa separação empobrece e aumenta as desigualdades já existentes nas sociedades.

Sendo assim, os Estudos Culturais, a Educação e os Feminismos são conceitos que entrelaçados podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que considere os diferentes sujeitos nos processos de ensino e aprendizagem, que esses sujeitos possam ser representados e se identifiquem com os ambientes escolares, que possam pertencer de fato a ele. É necessário que os sujeitos pertençam e se reconheçam não apenas aos espaços educacionais, mas a todo e qualquer espaço de poder.

Então, estudos que contemplem a relação entre estes três conceitos, Estudos Culturais, a Educação e os Feminismos, é fundamental para corroborar com a desconstrução da cultura hegemônica posta, que privilegia, até hoje em sua maioria, homens, donos de propriedades e brancos, mostrando que o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo seguem forte e precisam ser superados.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Kristine Kelly de. Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60485, 2020.
- BRASIL. Lei nº 14214, de 06 de outubro de 2021. Brasília: Órgão: Atos do Poder Legislativo, 18 mar. 2022. Seção 1, p. 2-2. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.214-de-6-de-outubro-de-2021-386717587>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, Educação e Pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003.
- GIROUX, Henry. A. Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HOOKS, bell. *O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras*. Tradução de Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MATO GROSSO DO SUL. TRE-MS. Estatísticas do Eleitorado: estatística do eleitorado em Mato Grosso do Sul. Estatística do Eleitorado em Mato Grosso do Sul. 2023. Disponível em: <https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MULHER, Ascom - Secretaria da. Bancada feminina alcança 91 deputadas federais. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SENADO, Agência. Promulgada lei para distribuição de absorventes às mulheres de baixa renda Agência Senado. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/18/promulgada-lei-para-distribuicao-de-absorventes-as-mulheres-de-baixa-renda>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

WESTIN, Ricardo. O machismo na primeira lei escolar do Brasil: machismo marcou primeira lei educacional brasileira. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2020/03/06/o-machismo-na-primeira-lei-escolar-do-brasil>. Acesso em: 10 maio 2023.

WILLIAMS, Raymond. 1. Definindo uma cultura democrática. In: WILLIAMS, Raymond. Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 3-57.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Cristina Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em educação no Brasil. Revista Educação (PUCRS. Online), v. 32, p. 32-48, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/1844>. Acesso em: 9 jul. 2025.

Recebido em: 31 de janeiro de 2025.

Aprovado em: 17 de junho de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.30681/revs.v16i1.13410>

ⁱ Ellen Maria Machado Santos Fernandes. Mestre em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2024), Professora Efetiva da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul (REE-MS) e Professora Efetiva da Rede Municipal de Aquidauana Mato Grosso do Sul (SEMED), integrante Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Decolonialidade/UFMS/Campus de Aquidauana (GPED) e integrante do Grupo de Pesquisa Violência política de gênero na região centro-oeste: Um recorte da realidade brasileira?

Curriculum Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3985575599767021>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2465-3003>

E-mail: ellen.maria@ufms.br